



PEGO DE SURPRESA POR FALÊNCIA

Cultura segue funcionando, diz dono

Sérgio Herz, presidente da empresa, afirma que vendas vinham crescendo



PARA ACESSAR APONTE O CELULAR PARA O QR CODE



Céu riscado por fios. O emaranhado de cabos sobre os pedestres na Avenida Areinha, na comunidade de Rio das Pedras, na Zona Oeste do Rio, dá dimensão à expansão desordenada da distribuição de energia

INSEGURANÇA E PREJUÍZO

A CONTA DO CRIME

Furto de energia em áreas violentas afeta finanças de distribuidoras no Rio

GLAUCE CAVALCANTI
E ANA FLÁVIA PILAR
economia@oglobo.com.br

O furto de energia elétrica no Rio de Janeiro está correndo as finanças das concessionárias que atuam no setor, Light e Enel. O problema cresce principalmente em razão das falhas nas políticas de segurança pública para impedir o domínio de áreas urbanas pelo crime organizado, o que costuma vir acompanhado da cobrança de taxas por serviços ilegais e de obstáculos ao trabalho de concessionárias.

Entre 2017 e 2021, as perdas de energia das distribuidoras com “gatos” em residências e pequenos comércios subiram de 13,9% para 14,8% no país. O problema é mais agudo no Rio. Na Light, o salto foi de 37,2% para 54% no período, ficando atrás apenas de duas empresas da Região Norte. Na Enel Distribuição Rio, foi de 24,8% para 31,4%, segundo a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

As concessionárias sustentam que metade dessas perdas vem de áreas onde estão impedidas de entrar pela criminalidade. Furtar energia é crime passível de prisão, mas está cada vez mais disseminado no cotidiano de áreas marcadas pela ausência do Estado.

Na Rocinha, Zona Sul do Rio, onde a equipe do GLOBO encontrou dois técnicos da Light em uma das principais vias da comunidade na última quinta-feira, há emaranhados de fios entre os postes que não são removidos. Um cenário parecido foi visto em Rio das Pedras, na Zona Oeste. No trecho conhecido como Areinha, os “gatos” de luz se misturam à fiação de outros serviços.

Uma liderança comunitária

ouvida sob anonimato conta que, como em outras favelas do Rio, sempre houve “gato” ali. A diferença é que, antes, não havia intermediação da milícia. Agora, esses grupos paramilitares cobram pela luz desviada de R\$ 50 a R\$ 100 ao mês, ela conta. Para muitos moradores, há o incentivo de pagar menos num quadro de inflação alta.

Uma moradora de São João de Meriti, na Baixada Fluminense, diz que desligou o relógio da Light quando a conta chegou a R\$ 600:

—Alguna coisa estava sobrecarregando nossa demanda de energia, como se tivéssemos um frigorífico no quintal.

‘GATO’ VIRA ‘OPORTUNIDADE’

Os “gatos” também abastecem pequenos comércios e camelôs, que puxam pontos da rede no meio da rua. Nivalde de Castro, coordenador do Grupo de Estudos do Setor Elétrico (Gesel) da UFRJ, diz que fábricas de gelo buscam áreas de milícia para escaparem do custo da energia com “gatos”. Em São João de Meriti, uma moradora conta que há furto de energia “da padaria à igreja”.

Um morador do Complexo da Mangueirinha, em Duque de Caxias, usuário de “gato” há dois anos, diz saber que o furto

de energia acaba onerando quem paga conta de luz, mas resolveu ficar do outro lado para aliviar o bolso: “Ou você paga a conta por causa do gato dos outros ou adere para não sofrer também.”

O “gato” também é usado em áreas nobres ou no asfalto de classes média e baixa. A diferença é que, fora de zonas de risco, as concessionárias podem atuar para cobrar.

Uma moradora de Irajá, na Zona Norte do Rio, admite ser usuária de “gato” há 27 anos. Ela diz que a maioria das casas de sua rua furta energia. Todos querem usar ar-condicionado, mas a tarifa cara e a falta de fiscalização deixam os serviços clandestinos mais atraentes:

—Aqui tem essa “oportunidade” de pessoas que vêm fazer o gato e cobram barato.

As distribuidoras de energia podem repassar parte do prejuízo com perdas para as contas de luz dos que pagam, mas até um patamar definido pelo regulador. O resto é prejuízo.

—A parcela das perdas por furto de energia que fica com as distribuidoras está crescendo. E há o problema das áreas de restrição, notadamente no Rio. As metas regulatórias estão ficando impossíveis de serem atingidas, levando a discussão para a Aneel — diz Marcos Madureira, presidente da Abradee, que reúne as distribuidoras de energia do país. —Para ter o benefício da tarifa social de energia, o consumidor tem de ter a ligação formal à rede. Precisamos de políticas para reincorporar essas áreas criminalizadas, olhar o que está onerando a conta de luz, coibir perdas e cortar subsídios.

Nasemana passada, a Light, que atua em 31 dos 92 municípios do Rio de Janeiro, abastecendo 11,6 milhões de pes-

CENAS CARIOCAS

Antifuzil

Para tentar reduzir o roubo de energia e os danos a equipamentos, a Light instalou 1.300 caixas blindadas, capazes de resistir até a tiros de fuzil, para proteger sensores que identificam acessos indevidos em várias áreas do Rio.



Poste da milícia

Em Belford Roxo, na Baixa Fluminense, um condomínio ilegal foi construído já com a rede clandestina instalada. Os imóveis alugados pela milícia já vinham com o “gato”. Em áreas conflituosas, a Light perde cerca de 80% da energia.



‘Gato’ com ‘pedigree’

O crime também ocorre em áreas nobres. Em junho de 2022, a moradora de uma casa de luxo na Barra, no Rio, foi detida em operação da polícia contra furto de energia. Nove em cada dez “gatos” desmontados são refeitos.



15% dos consumidores. É muito relevante. Nessas áreas, dois de cada três consumidores furta energia.

Além da perda, diz Anna Paula, a dificuldade de operar nessas áreas prejudica a qualidade do serviço prestado e eleva a inadimplência, punida com corte, o que não pode ser feito sem segurança para enviar um técnico ao local. A Aneel define o limite de perdas para incentivar a concessionária a ser mais eficiente, mas a executiva diz que isso não é viável:

—Entre melhorar a sustentabilidade da concessão e proteger o colaborador, às vezes recebido a bala, optamos pelo funcionário. É preciso discutir com o poder concedente, governo estadual e agência, ou não se conseguirá manter o mesmo nível de serviço.

A concessionária paga o ICMS sobre as contas faturadas, mesmo as não pagas. E toda energia que distribui já foi contratada. Com isso, a conta cresce. Na ponta, o problema bate no bolso do consumidor.

—Vira um *looping* negativo: quanto mais cara a conta de luz, mais “gato”, mais inadimplência e maior o custo para quem está pagando. A melhor solução é ter segurança. Sem ela, é preciso buscar outras. Um estudo amplo, analisando o efeito de diferentes variáveis nessas áreas de risco, pode ajudar a desenhar uma estratégia e fazer um projeto-piloto. Há recursos para isso. Mas leva tempo — diz Amanda Schutze, coordenadora de Avaliação de Política Pública com foco em Energia do Climate Policy Initiative, da PUC-Rio.

‘OCUPAÇÃO COMPARTILHADA’

Um conjunto de fatores derruba o resultado das distribuidoras no Rio, como a crise mais forte da economia fluminense em relação ao país. Segundo especialistas, o problema na segurança pública e seus efeitos cobra um preço alto, que precisa ser mitigado.

—O Estado do Rio padece de uma crise econômica estrutural. Isso reflete a falta de políticas públicas, de consistência de gestão e capacidade de atuar no campo da segurança — diz Nivalde de Castro, da UFRJ. — A demanda cai e o mercado das concessionárias encolhe, trazendo desequilíbrio econômico-financeiro à operação pelo maior descasamento entre receita e despesa.

Claudio Frischtak, à frente da Inter.B Consultoria, frisa que o apagão na segurança pública precisa ser contido:

—No Rio, o Estado está distante de ter o monopólio do uso da força, do poder público, porque existe um oligopólio nessa área, com ocupação do território compartilhada com a criminalidade. Essa ocupação ilegal é como uma infecção. Ou é combatida para ser reduzida ou se expande.

O efeito imediato, diz o economista, são perdas a quem opera serviços nessas regiões, já que criminosos vendem segurança e serviços como o de luz, que são “altamente lucrativos”. Frischtak avalia ainda que uma saída para reorganizar o sistema seria contratar a avaliação de uma entidade independente, por meio de organismos multilaterais:

—A Light teve problemas de governança e gestão no passado. Mas uma perda tão elevada não é culpa de um ente só. É impossível lidar com isso? Não. Temos o exemplo da Colômbia. Mas precisa ter política pública alicerçada em segurança, com inteligência.

14,8%

de perdas por furto de energia é a média registrada pelas distribuidoras no país

54%

de perdas por furto de energia é a média registrada pela Light em 31 cidades do Estado do Rio

INSEGURANÇA E PREJUÍZO

Geografia dos 'gatos' coincide com a do crime

Dos casos de furto de energia que chegaram a ser investigados, 1.712 se tornaram processos que estão em curso na Justiça do Rio. Análise por comarcas aponta maior incidência nas regiões com mais comunidades controladas por criminosos

MARCOS NUNES
jnunes@extra.inf.br

Os populares "gatos" são os instrumentos de um crime descrito na legislação como furto de energia mediante fraude. A pena para quem o pratica varia de dois a oito anos de prisão, mas o delito deixou de ser um ato esporádico em várias regiões do Rio. Há atualmente 1.712 processos envolvendo crimes com essa tipificação em trâmite no Tribunal de Justiça do Rio (TJ-RJ), sem considerar casos já julgados ou que estão em recurso em segunda instância. A análise dos dados processuais por comarcas revela que a maioria desses furtos de energia ocorreu em áreas com forte influência de traficantes e milicianos, que são grupos paramilitares que ocupam áreas e cobram taxas de moradores sob ameaça.

A maior parte dos processos contabilizados pelo TJ-RJ a pedido do GLOBO está concentrada em varas criminais da capital fluminense: 513. Em primeiro vem o Fórum de Jacarepaguá, na Zona Oeste, com 64 casos. Há seis meses, essa região vive uma rotina de tiroteios, com territórios de dez comunidades disputados por milicianos e traficantes. Em parte deles há o histórico de cobranças de taxas ilegais por grupos criminosos. O pagamento por "gatos" é uma prática que começou nas milícias e foi copiada também pelo tráfico de drogas. Com esse crime vêm outros, como sobretaxa de botijão de gás e sistemas piratas de internet e TV.

A comunidade Gardênia Azul, em Jacarepaguá — onde moram pelo menos 20 mil pessoas, segundo dados do IBGE — é o cenário de um dos inquéritos policiais remetidos à

Justiça. Oito suspeitos foram indiciados por espancar um morador da favela, que tem sido disputada por criminosos. Philip Motta Pereira, o Lesk, que está com a prisão preventiva decretada, e outros sete comparsas são acusados de, na noite de 25 de maio de 2021, tirar o homem de dentro de um imóvel para espancá-lo no meio da rua. Segundo a investigação, a tortura foi um castigo dos criminosos pelo atraso no pagamento de mensalidades à milícia pelo fornecimento de energia desviada da rede de distribuição.

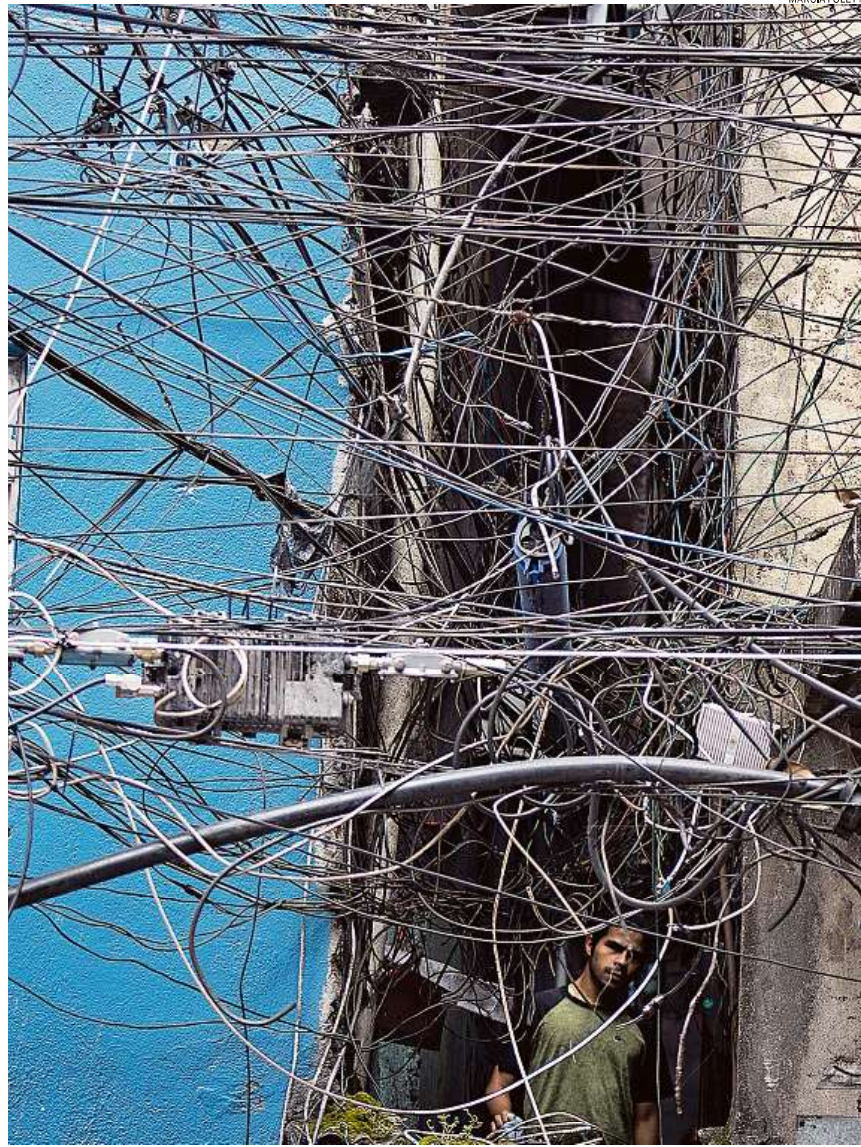
Na região metropolitana, as comarcas de Duque de Caxias, Itaboraí, São Gonçalo e Niterói concentram 308 processos. As duas primeiras cidades têm comunidades com territórios controlados tanto por traficantes quanto por milicianos. Já as duas últimas têm morros e favelas onde a exploração de negócios ilegais é feita por traficantes.

13 MIL ÁREAS SEM ESTADO

Uma pesquisa feita pelo Instituto Fogo Cruzado e pelo Grupo de Estudos dos Novos Ilegalismos da Universidade Federal Fluminense (Geni/UFF) com base na análise de 689.933 mil denúncias anônimas sobre tráfico e milícias, entre 2006 e 2021, apontou mais de 13.308 sub-bairros, favelas e conjuntos habitacionais da Região Metropolitana do Rio sob o controle de territórios por grupos armados.

Só na capital, segundo o levantamento divulgado no ano passado, cerca de 36% da população sofre algum tipo de influência do controle territorial exercido por criminosos.

Daniel Hirata, professor de sociologia e coordenador do Geni/UFF, explica que as milí-



Emaranhado. Fios na Rocinha, na Zona Sul do Rio: "gatos" fazem parte da paisagem em áreas sem controle do Estado

36%

da população da cidade do Rio de Janeiro

vivem em áreas que sofrem algum tipo de controle territorial exercido por criminosos

cias exploram o furto de energia em duas modalidades distintas nas comunidades. Em alguns casos, a organização criminosa cobra pelo fornecimento de eletricidade que é desviado da rede pública. Em outros, estipula uma sobretaxa em cima das ligações legais,

valendo-se da capacidade que têm de bloquear o acesso das concessionárias, o que na prática implica pagamento duplo pelos moradores. O tráfico também faz isso, diz Hirata, mas em escala menor:

— O problema das ligações clandestinas é uma constante.

A partir da atuação da milícia, houve um aumento de ganho na escala desse mercado ilegal. Boa parte do modelo das milícias está associada à pilhagem da infraestrutura urbana. O furto ocorre quando se puxa energia para áreas controladas por grupos criminosos paramilitares. Ou por áreas em que eles têm construções (nas quais cobram taxas pelo fornecimento de energia a partir de ligações clandestinas). Acontece também a sobretaxação.

RICOS TAMBÉM FRAUDAM

Apesar de os furtos de energia serem mais comuns em áreas empobrecidas envolvidas pela violência, os "gatos" também estão em casas de classe alta e estabelecimentos comerciais, que são os alvos preferenciais das investigações policiais. No ano passado, a Light estimou que ao menos 3% da energia furtada de sua rede vão para áreas nobres. Em junho, uma operação da Delegacia de Defesa de Serviços Delegados prendeu em flagrante a moradora de uma residência de luxo na Barra da Tijuca, na Zona Oeste do Rio, por esse crime. O endereço consumia cerca de 2.000kWh por mês, o equivalente na época a R\$ 2.400, sem pagar a concessionária.

Para tentar reduzir as perdas, a Light investiu R\$ 50 milhões na compra de caixas blindadas, à prova até de bala de fuzil, que protegem sensores que detectam acessos clandestinos. Elas foram instaladas nas regiões com alta incidência de "gatos", como as favelas Babilônia e Chapéu Mangueira, no Leme, na Zona Sul do Rio, e nas cidades de São João de Meriti, Duque de Caxias e Nova Iguaçu, na Baixada.

Procurada, a Polícia Civil não quis comentar.

Para garantir Páscoa, Americanas paga fornecedor à vista

Varejista muda forma de remuneração de fabricantes para assegurar abastecimento. Total de ovos nas prateleiras cai 10%

BRUNO ROSA
bruno.rosa@oglobo.com.br

Dois meses da Páscoa, a Americanas passou a pagar à vista os fabricantes de chocolates para garantir o faturamento com a data, uma das principais do comércio. Nos meses de março e abril, a venda de ovos, barras e caixas de bombom representa 35% do faturamento da varejista.

A mudança foi uma condição da indústria para continuar fornecendo à companhia, que está em processo de recuperação judicial há cerca de um mês e chegou a ter seu caixa afetado pela crise financeira após a revelação de "inconsistências contábeis" de R\$ 20 bilhões pelo então presidente, Sérgio Rial.

Normalmente, a Americanas faz os pedidos para a data aos fabricantes de chocolate em janeiro e paga até um mês depois do domingo de Páscoa. A mudança envolveu também o pagamento à vista para a Top Cau, que produz

os chocolates de marca própria da varejista, chamada Delicce, afirmou ao GLOBO Aleksandro Pereira, diretor comercial da Americanas.

— Quando ocorreu a recuperação judicial, grande parte do volume de Páscoa já tinha sido produzido. Houve incertezas no início, e os fornecedores vieram conversar sobre ter Páscoa ou não ter Páscoa. Mas em nenhum momento a gente pensou em não ter Páscoa — afirma Pereira.

ACALMAR FORNECEDORES

Segundo ele, a empresa teve de fazer um trabalho "para acalmar os fornecedores e garantir que a negociação andasse." As compras são feitas semanalmente.

— Os fornecedores preferiam que a gente fizesse um pagamento à vista. A gente paga em um dia, e o fornecedor entrega no outro. O pagamento à vista nunca foi o negócio da Americanas, e acredito que não é o negócio de nenhum varejista no Brasil.

O executivo lembra que a



Presencial. Executivo afirma que 90% das vendas ocorrem nas lojas físicas

renegociação com os fabricantes começou com a Top Cau. A marca própria deve representar metade das vendas, pouco acima de 2022.

— Eles já tinham produzido quase tudo. E rapidamente conseguimos negociar para deixá-los mais calmos e mostrar que a Páscoa continuaria

normalmente. Pagamos à vista para ser um facilitador e tirar a dúvida de que a Páscoa seria normal, e eles deram um desconto, para uma Páscoa mais saudável para todos.

Além da mudança no prazo de pagamento, a companhia acabou tendo uma redução de 10% no volume de ovos de

Páscoa neste ano. Ao todo, a companhia pretende vender 13 milhões de unidades. A expectativa é que as lojas comecem a vender os ovos em duas semanas, após o carnaval.

— Como foi muito perto do momento de entrega e a decisão por parte dos fornecedores, eles, no momento de indecisão, acabaram liberando uma pequena parte (dos ovos) para o mercado. Esses 10% não vão atrapalhar o nosso negócio, pois a parte regular, como barras e caixas de bombom, foi mantida.

VENDAS PERTO DA DATA

A força-tarefa para manter a data de pé mostra a importância das vendas de ovos para empresa, como chegou a ser mencionado no pedido de recuperação judicial. Na petição, a varejista chegou a dizer que a crise no grupo poderia afetar até mesmo os preços do chocolate, "pois se trata da maior varejista de ovos de Páscoa do mundo!"

— Quanto teve a recuperação judicial, os fornecedores

deram uma pausa para entender o que estava acontecendo. Mas tínhamos cobertura de estoque, como um todo, de 115 dias. E deu tempo para fazer uma revisão. Não tinha a previsibilidade de quando ia voltar a receber produtos. Agora, no chocolate, que era o mais urgente, já voltou.

Segundo Pereira, 90% das vendas da data são concentradas em lojas físicas. Há cerca de 1.800 espaços. Ele explica que o canal on-line é usado pelos consumidores mais no modelo de compra com retirada na loja. E ressaltou que as vendas da Páscoa se concentram na semana anterior à data.

Para o executivo, as atuais condições da Ame estarão mantidas até a Páscoa:

— Até a Páscoa, estaremos usando o Ame normalmente, com as mesmas estratégias, com *cashback*, desconto e parcelamento diferenciado.

Pereira afirma que a varejista já tinha um caixa provisionado para a data:

— O DIP (empréstimo de até R\$ 2 bilhões, anunciado na quinta-feira) vai dar mais liquidez ao caixa da companhia para manter as operações do dia a dia. Não foi nada voltado para a Páscoa, que já estava planejada.